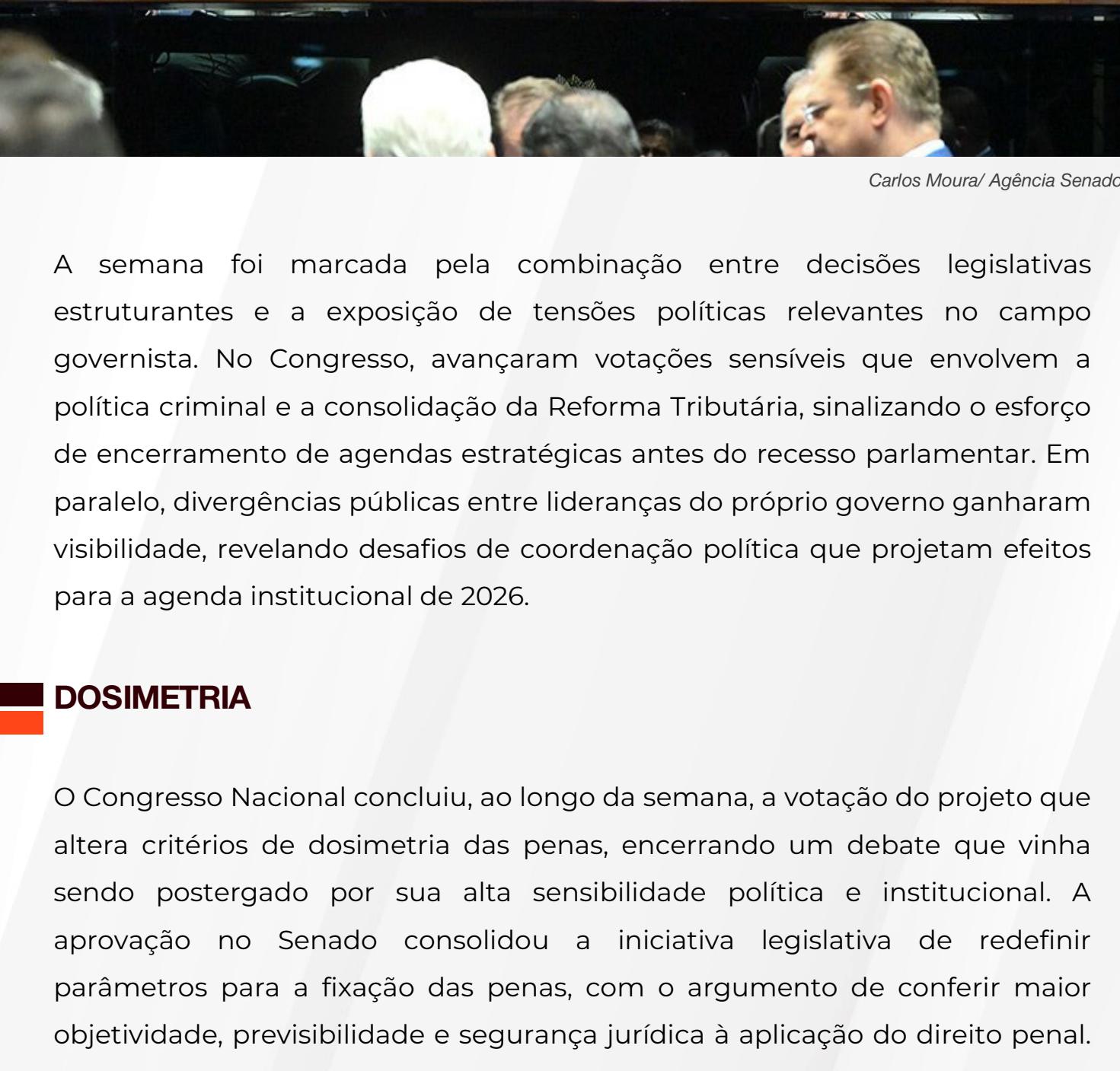


# PANORAMA POLÍTICO

ANO X - EDIÇÃO XXVI

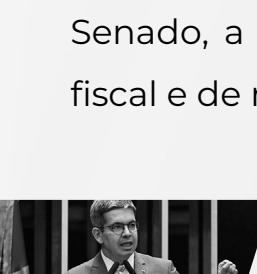
 MALTA


Carlos Moura/Agência Senado

A semana foi marcada pela combinação entre decisões legislativas estruturantes e a exposição de tensões políticas relevantes no campo governista. No Congresso, avançaram votações sensíveis que envolvem a política criminal e a consolidação da Reforma Tributária, sinalizando o esforço de encerramento de agendas estratégicas antes do recesso parlamentar. Em paralelo, divergências públicas entre lideranças do próprio governo ganharam visibilidade, revelando desafios de coordenação política que projetam efeitos para a agenda institucional de 2026.

## DOSIMETRIA

O Congresso Nacional concluiu, ao longo da semana, a votação do projeto que altera critérios de dosimetria das penas, encerrando um debate que vinha sendo postergado por sua alta sensibilidade política e institucional. A aprovação no Senado consolidou a iniciativa legislativa de redefinir parâmetros para a fixação das penas, com o argumento de conferir maior objetividade, previsibilidade e segurança jurídica à aplicação do direito penal. O texto seguiu para sanção presidencial, marcando um dos últimos movimentos relevantes do Parlamento em 2025 na agenda penal.



*"Há um consenso de que a mão [nos julgamentos] foi muito pesada. A narrativa de se tratar de "blindagem ampla" ou qualquer outra expressão que o valha não é verdadeira"*

**Senador Esperidião Amin (PP-SC)**  
Senador Federal

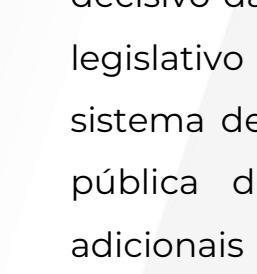
A reação política foi imediata e polarizada. Parlamentares favoráveis defenderam que o Congresso exerceu sua prerrogativa constitucional de legislar sobre matéria penal, corrigindo distorções interpretativas e excessos decisórios. Em sentido oposto, setores da base governista e associações ligadas à magistratura e ao Ministério Público apontaram risco de interferência indevida na atuação judicial, além de questionarem os impactos concretos da norma sobre casos em curso. A judicialização do processo, com questionamentos no Supremo Tribunal Federal, reforçou a leitura de que o tema extrapolou o debate técnico e assumiu contornos institucionais mais amplos.

Do ponto de vista prospectivo, a aprovação do projeto sinaliza uma tendência de maior ativismo legislativo em áreas tradicionalmente ocupadas pela jurisprudência, especialmente no campo penal. No curto prazo, o foco deve se deslocar para a sanção presidencial e para eventuais questionamentos constitucionais.

## REGULAMENTAÇÃO

O Congresso Nacional concluiu, ao longo da semana, a votação de dois projetos centrais para a consolidação da Reforma Tributária: o PLP 108/2024 e o PLP 128/2025. As matérias avançaram nas duas Casas e tiveram suas tramitações encerradas antes do recesso, reforçando a prioridade dada à agenda fiscal no fechamento do ano legislativo. O PLP 108 trata da governança e operacionalização do novo sistema tributário, enquanto o PLP 128 revisa benefícios fiscais federais e amplia a arrecadação em setores específicos.

Politicamente, as votações foram conduzidas com forte articulação do governo e apoio de ampla maioria parlamentar, apesar de críticas pontuais de setores afetados pela redução de incentivos. Governadores e prefeitos acompanharam de perto o debate, especialmente no que se refere à coordenação federativa e aos impactos sobre a repartição de receitas. No Senado, a aprovação do PLP 128 consolidou o discurso de responsabilidade fiscal e de necessidade de reequilíbrio das contas públicas para 2026.



*"Trata-se, então, de proposta que aponta para a redução de incentivos, para maior transparência e controle sobre os valores, caminhando para maior responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, para o combate de distorções causadas pela falta de avaliação de tais medidas [concessão de incentivos]"*

**Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)**  
Senador Federal e relator do PLP 128

A aprovação dos dois projetos desloca o debate da arena legislativa para a fase de implementação. A regulamentação reduz incertezas jurídicas e institucionais, mas abre espaço para disputas técnicas e políticas na execução do novo sistema tributário.

## TENSÕES

A semana também foi marcada pela exposição pública de divergências entre Jaques Wagner e Gleisi Hoffmann, que trocaram críticas após a condução e o desfecho da votação do projeto da dosimetria no Senado. As manifestações ocorreram principalmente por meio de declarações públicas e redes sociais, rompendo o padrão de tratamento reservado que normalmente caracteriza divergências internas no campo governista. O episódio ganhou repercussão imediata na imprensa política, ampliando o alcance do conflito para além do debate legislativo.

Do ponto de vista político, o embate revelou diferenças de avaliação sobre estratégia, timing e coordenação entre o governo e sua base no Congresso. Enquanto Gleisi vocalizou críticas à condução da votação e aos efeitos políticos do resultado, Jaques Wagner reagiu defendendo a atuação no Senado e criticando a publicização do dissenso. O episódio expôs ruídos na articulação política e evidenciou tensões latentes entre a lógica partidária e a lógica institucional da governança legislativa.

O conflito tende a produzir efeitos mais simbólicos do que imediatos sobre a agenda legislativa, mas acende um alerta relevante para 2026. A publicização de divergências internas fragiliza a narrativa de coesão governista em um momento de implementação de agendas sensíveis e pode ampliar o custo político da coordenação entre Executivo, partido e líderes no Congresso.

## SÍNTESE DA SEMANA

O fechamento da semana revelou um Congresso ativo na condução de agendas estruturantes e um ambiente político marcado por tensões internas no campo governista. A aprovação do projeto da dosimetria e o avanço decisivo da regulamentação da Reforma Tributária reforçam o protagonismo legislativo na definição de políticas sensíveis, com impactos diretos sobre o sistema de justiça e o arranjo fiscal do país. Ao mesmo tempo, a exposição pública de divergências entre lideranças governistas sinaliza desafios adicionais de coordenação política para 2026, indicando que a consolidação de reformas institucionais ocorrerá em um contexto de maior disputa interna e necessidade de recomposição de coesão.

Material produzido por

 MALTA
